

DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL À AGENDA 2030: PRINCIPAIS MARCOS HISTÓRICOS?

PAULA GONÇALVES SERAFINI; JÉSSICA MORAIS MOURA;
MARIANA RODRIGUES ALMEIDA; JÚLIO DANTAS REZENDE

Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo apresentar uma discussão evolutiva sobre a temática do desenvolvimento sustentável, considerando uma análise conceitual do termo, desde sua origem até o debate mais recente com abordagens sobre a Agenda 2030. Essa análise é conduzida por meio de observações indiretas coletadas a partir de reflexões desenvolvidas por outros pesquisadores, os quais analisam o tema para além de uma perspectiva ambiental, correlacionando-o com as questões social e econômica. Nesse sentido, investiga-se como as teorias e práticas da sustentabilidade têm sido incorporadas nos mais diversos tipos de organizações (pública e privada). O processo de análise foi conduzido para compreender a temática a partir de uma abordagem histórica, refletindo sobre a evolução conceitual do termo, destacando-se os principais marcos históricos que subsidiaram a disseminação do desenvolvimento sustentável na sociedade e nas instituições. As discussões apontam que o termo desenvolvimento sustentável vem passando por um processo de reformulação, tendo a sua mais recente abordagem sido disseminada a partir do lançamento, em 2015, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Esses, como uma agenda global aplicada em organizações públicas, privadas, instituições de ensino e na sociedade, têm sido amplamente incorporados em diversos países, orientando novos padrões que pretendem assinalar uma importante mudança de cultura e requerendo adaptações de cada organização para cumprir com o seu papel. O esforço sistematizado na pesquisa reflete, portanto, a mudança de paradigma do desenvolvimento sustentável, o qual deixa de ser um conceito puramente teórico e passa, no atual contexto do século XXI, a ser entendido como uma prática dinâmica que se reflete nas iniciativas das organizações e da sociedade que estão engajadas nesse processo.

Palavras-chave: Desenvolvimento Sustentável, Agenda 2030, ODS, Marcos Históricos.

FROM SUSTAINABLE DEVELOPMENT TO THE 2030 AGENDA: WHAT ARE THE MAIN HISTORICAL MILESTONES?

ABSTRACT

The present work aims to present an evolutionary discussion on the theme of sustainable development, considering a conceptual analysis of the term, from its origin to the most recent debate with approaches on Agenda 2030. This analysis is conducted through indirect observations collected by the reflections developed from the perspective of other researchers, who analyze the theme beyond an environmental perspective, correlating it with social and economic issues. In this sense, the evolution of how sustainability theories and practices have been incorporated in the most diverse types of organizations (public and private) is investigated. The analysis process was conducted to understand the theme from a historical approach, reflecting on the conceptual evolution of the term, highlighting the main historical landmarks that supported the dissemination of sustainable development in society and institutions. Discussions point out that the term sustainable development has been undergoing a process of reformulation, with its most recent approach having been disseminated since the launch, in 2015, of the Sustainable Development Goals (SDGs). These, as a global agenda applied in public and private organizations, educational institutions and in society, have been widely incorporated in several countries, guiding new

standards that intend to signal an important change in culture and requiring adaptations of each organization to comply with its paper. The systematic effort in the research reflects, therefore, the paradigm shift in sustainable development, which is no longer a purely theoretical concept and, in the current context of the 21st century, starts to be understood as a dynamic practice reflected in the initiatives of organizations and the society that are engaged in this process.

Keywords: Sustainable Development, 2030 Agenda, SDG, Historic Landmarks.

1. INTRODUÇÃO

Desenvolvimento sustentável pode ser entendido como um termo que está em constante evolução. Diversas organizações, sejam elas públicas ou privadas, têm participado desse debate que, com o passar do tempo, pode estar em maior ou menor evidência, sinalizando um movimento não linear de discussão e disseminação.

Em que pesem essas oscilações, é notório que a problemática com a qual o termo lida sempre ocupou espaço importante na agenda de discussão. Tal fato pode estar atrelado ao reconhecimento da população mundial de que é necessário rever os padrões de consumo e a reprodução de comportamentos. Essa vertente, fundamentada no paradigma ambiental do desenvolvimento sustentável, também vem sendo ampliada, de modo que as atuais discussões também pregam o desenvolvimento sustentável correlacionado com os aspectos sociais e econômicos.

Bilar et al. (2021), em uma revisão sistemática da literatura que considerou as publicações científicas brasileiras sobre o termo desenvolvimento sustentável, apontaram que o tema vem sendo discutido de maneira interdisciplinar e plural, o que tem fortalecido a importância de as diversas organizações reconhecerem e implementarem práticas de sustentabilidade. Avançando nesse entendimento, um estudo recente realizado por Bueno et al. (2022) buscou compreender como se configura a implementação de práticas sustentáveis nas empresas e organizações em seu processo gerencial. De acordo com os autores, a sustentabilidade pode e tem sido aplicada nas mais diferentes áreas de atuação do setor econômico, podendo ser mensurada por meio de indicadores de sustentabilidade. Paul (2008, p. 576) já sinalizava que “o desenvolvimento sustentável tornou-se a palavra da moda tanto do mundo acadêmico quanto do mundo empresarial”.

É a luz dessa perspectiva que o presente capítulo tem a intenção de compreender o processo histórico relacionado com o termo desenvolvimento sustentável, analisando como o mesmo vem sendo debatido e incorporado na sociedade, considerando, para tanto, um resgate histórico sobre as origens e os principais acontecimentos que fundamentam o tema. Nesse resgate, identificam-se os marcos históricos responsáveis pela difusão do termo, abrangendo-se desde as primeiras definições até a mais recente consolidação realizada pela Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Como método de investigação, a pesquisa sistematiza, em uma linha do tempo, os fatos históricos que consagram essa discussão e foram relevantes para o aprimoramento do debate. Como último e importante acontecimento

a ser destacado, ressalta-se o lançamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), os quais constituem diretrizes para a construção de um mundo socialmente mais justo, economicamente viável e ambientalmente sustentável. Esses objetivos foram responsáveis por ampliar a compreensão sobre o desenvolvimento sustentável, disseminando sua cultura entre os diversos atores e tornando-os protagonistas na condução de ações que visem propagar os aspectos defendidos pelo desenvolvimento sustentável.

A consciência que prevalece é a de que a sustentabilidade diz respeito ao equilíbrio intertemporal das ações, de modo que a sociedade do presente satisfaça suas necessidades sem comprometer a capacidade de sobrevivência e reprodução das gerações futuras. Ademais, adotar práticas de desenvolvimento sustentável também tem sido visto como um importante requisito de maturidade organizacional, sendo fomentado um atual movimento que preconiza a importância de as instituições se remodelarem em torno de parâmetros que considerem princípios de equilíbrio ambiental, econômico e social. Como contribuição a ser evidenciada, o capítulo oferece uma discussão sistematizada do debate, sendo útil para a compreensão dos avanços que circundam o termo desenvolvimento sustentável.

2. COMPREENDENDO AS ORIGENS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As origens do termo desenvolvimento sustentável podem estar atreladas a um movimento global que reconheceu as limitações dos recursos naturais, diante do ritmo acelerado de consumo e reprodução adotado pelas sociedades. Ao longo da história, teorias diversas refletiram sobre os limites da natureza humana, sendo realizadas projeções que apontavam para o desenfreado crescimento demográfico, o esgotamento de recursos não renováveis e a incapacidade de sobrevivência da população.

Exemplos dessas projeções foram sumarizados naquilo que ficou conhecido como Clube de Roma, sendo este instituído em 1968 por um grupo de pessoas influentes que se reuniram para discutir diversos problemas afetos à política, economia internacional, meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Esse grupo, em 1972, publicou um relatório intitulado “Os Limites do Crescimento”, o qual tratava de problemas cruciais para o futuro desenvolvimento da humanidade.

A Organização das Nações Unidas (ONU) foi ator preponderante na consolidação desse debate, sendo responsável por propagar importantes eventos e tratados que orientaram os países a terem um olhar atento para essa temática. Num cenário que se pode chamar de a década do desenvolvimento, a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (CNUMAH), realizada na cidade de Estocolmo, Suécia, no ano de 1972, foi um marco do início das conferências realizadas anualmente pela ONU, que passaram a evidenciar o desenvolvimento sustentável como um tema a ser discutido em diversos países e instituições.

A despeito desse processo, Paul (2008) aponta que o desenvolvimento sustentável, como um conceito, surgiu como resultado de uma série de con-

ferências e cúpulas em que se discutiu de que forma os países poderiam lidar com questões fundamentais, tais como: pobreza, desigualdade crescente, degradação ambiental e saúde humana.

Em 1980, a União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN), juntamente com outras organizações, publicaram o relatório "A Estratégia Global para a Conservação" [*World Conservation Strategy (WCS)*, em inglês], em que surge pela primeira vez o conceito de desenvolvimento sustentável, definindo então os quatro principais fatores que contribuem para a destruição de recursos naturais: a pobreza, a pressão populacional, as desigualdades sociais e as condições do comércio internacional. No documento é possível pinçar, também, os requisitos para a conservação do planeta, com ações prioritárias em nível local ou internacional. O relatório serviu como um guia que fornece estrutura intelectual e orientações práticas para as ações de conservação necessárias à nossa sobrevivência, fazendo cumprir as responsabilidades antes não observadas sobre os recursos naturais e em consciência para as futuras gerações (WCS, 1983).

Em 1983, o termo desenvolvimento sustentável, finalmente, apareceu publicamente por ocasião da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), criada pela ONU e liderada pela então primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, que propôs que o desenvolvimento econômico deveria ser integrado à questão ambiental, criando-se, assim, o conceito de desenvolvimento sustentável. No entanto, apenas em 1987, com a divulgação de um diagnóstico dos problemas globais ambientais, através do "Relatório de Brundtland", intitulado de "Nosso Futuro Comum", publicado em Londres e elaborado pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da ONU, a expressão Desenvolvimento Sustentável foi realmente definida: "o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da geração atual sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem as suas próprias necessidades", sendo essa a definição atual mais aceita por todos (WCED, 1987, p. 9). O Relatório de Brundtland nos oferece, ainda, uma compreensão global da expressão desenvolvimento sustentável, de forma que os objetivos das dimensões ambientais, econômicas e sociais se unam e encontrem o equilíbrio racional de que toda sociedade precisa.

Numa visão mais ampla, Ignacy Sachs defende, há mais de 40 anos, que o termo desenvolvimento sustentável vai além das dimensões ambiental, econômica e social. O economista polonês, que aos 85 anos de idade foi considerado o criador do termo, tendo participado das três grandes conferências das Nações Unidas, Estocolmo (1972), Rio (1992) e Rio+20 (2002), acredita que tal expressão está ligada a oito principais dimensões: ambiental, econômica, social, cultural, espacial, psicológica, política nacional e política internacional. O autor defende que o polêmico termo desenvolvimento sustentável atrai um vasto número de seguidores das mais diferentes áreas, se aproximando e referindo-se a sustentabilidade que versa os 3 pilares da economia, do ambiente e da sociedade, ou ainda, segundo palavras do autor, "socialmente includente, ambientalmente sustentável e economicamente sustentado no tempo" (Sachs, 2012, p. 10).

Essa concepção está associada ao paradigma do *triple bottom line*, o qual foi criado por John Elkington em 1994, que defende a importância de que qualquer organização direcione as suas ações pela perspectiva dos pilares social, ambiental e econômico. Explicando esse conceito, Klarin (2018, p. 68) aponta que:

A sustentabilidade ambiental está focada na manutenção da qualidade do meio ambiente, que é necessária para condução das atividades econômicas e qualidade de vida das pessoas; sustentabilidade social, que se esforça para garantir os direitos humanos e a igualdade, a preservação da identidade cultural, respeito pela diversidade cultural, raça e religião, e sustentabilidade econômica, necessária para manter o capital natural, social e humano necessário para a renda e a vida padrões.

Nessa perspectiva, conforme será demonstrado adiante, o conceito sofreu diferentes críticas e interpretações ao longo do tempo, sendo uma definição que pode incorporar múltiplas abordagens que vão se remodelando a partir das novas exigências que surgem desse ambiente global complexo (Klarin, 2018).

3. UM NOVO PARADIGMA EM CONSTANTE EVOLUÇÃO

Esta seção aborda questões que confirmam a ideia de que o desenvolvimento sustentável é, de fato, um paradigma em constante evolução. Sartori, Tavares e Pinato (2020, p. 28) discutem que o desenvolvimento sustentável “é um paradigma em construção, que requer análise simultânea da perspicácia do progresso tecnológico nos sistemas de produção e da forma como as estruturas sociais colaboram para a diminuição da vulnerabilidade humana”.

Nesse sentido, numa tentativa de compreender o termo à luz dos seus marcos históricos, destaca-se o importante papel das universidades. De acordo com estudo realizado por Kraemer (2004), os anos de 1990 trouxeram um conjunto de declarações, cartas e relatórios com princípios que visavam engajar as universidades e as instituições de ensino na mesma direção: o desenvolvimento sustentável. Os anos seguintes trariam importantes marcos para a história dessas instituições no sentido de assumirem seu papel na formação de cidadãos preocupados com o desenvolvimento de uma sociedade economicamente viável, ambientalmente sustentável e socialmente mais justa. A autora reforça que as conferências seguintes “explicitam objetivos e medidas dirigidos às Instituições de Ensino Superior”: Declaração de Talloires, (1990); Declaração de Halifax (1991); II Conferência das Nações Unidas Eco-92 (1992); Declaração de Kyoto e Swansea (1993); e a Carta Copernicus (1994) (Kraemer, 2004, p. 9).

A primeira tentativa histórica de definir e promover a sustentabilidade no ensino superior foi feita, em outubro de 1990, com a Declaração de Talloires. O presidente da Universidade de Tufts, Jean Mayer, cientista franco-americano conhecido por seu papel na formulação de políticas contra a fome no mundo, reuniu-se em Talloires, França, com 22 líderes de universidades para expressar sua preocupação com a situação mundial e criar um documento

que pudesse guiar as ações das universidades para criar um Futuro Sustentável. Reconhecendo a carência de especialistas em gestão ambiental e áreas afins, como saúde e políticas públicas, esse encontro definiu o papel da universidade como entidade que educa a maioria das pessoas que desenvolvem e administram as organizações da sociedade. Sendo assim, as Instituições de Ensino Superior (IES) são profundamente responsáveis por gerar consciência, aumentar o conhecimento, tecnologias e ferramentas para a criação de um futuro ambientalmente sustentável.

A conferência discutiu, ainda, aspectos importantes sobre como aumentar a alfabetização ambiental entre profissionais das mais diversas áreas. Por fim, os participantes reconheceram seu papel de liderança e que estavam em posição de reunir todas as áreas num único propósito de criar e incentivar programas para o desenvolvimento do corpo docente e estimular o interesse por essas questões. O evento foi finalizado com a criação da Declaração de Talloires, que se configurou no primeiro grande compromisso voluntário específico das Instituições de Ensino Superior em atuar de maneira proativa, incorporando o desenvolvimento sustentável em faculdades e universidades do mundo todo. Atualmente, a declaração já foi assinada por 520 instituições em 61 países, sendo 52 instituições brasileiras (Talloires Declaration Institutional Signatory List, 2022)¹.

Barbieri e Silva (2011) colaboram com a ideia de que tal iniciativa salienta maior conscientização para uma cultura organizacional e uma cidadania centradas no desenvolvimento sustentável, integrando e adotando políticas exemplares de gestão de recursos, permitindo, assim, envolver todos da sociedade. Vale ressaltar, ainda, que Matos et al. (2015) reforçam que foi esse o primeiro documento oficial com objetivos que estimulavam uma mobilização para o desenvolvimento sustentável em Instituições de Ensino Superior e Universidades. Assim, os dirigentes universitários que concordarem em assinar o pacto, tornando-se, então, membros signatários, consentem em iniciar e apoiar a mobilização de recursos internos e externos para que suas instituições respondam a esse desafio. O plano de referência traz dez pontos de ações (Quadro 1).

A Declaração de Talloires foi elaborada para ser interpretada e moldada à realidade de cada instituição. Esse relatório destaca cinco principais benefícios institucionais para as entidades que assumirem seu papel de signatária, a saber: i) é um documento histórico que mais de 500 presidentes de universidades e faculdades em todo o mundo assinaram; ii) une sua instituição a uma rede internacional de faculdades e universidades comprometidas com um futuro sustentável; iii) inspira e motiva na busca de iniciativas ambientais e de sustentabilidade no campus; iv) fornece uma estrutura abrangente para moldar o progresso contínuo em direção à sustentabilidade; e v) ao se tornar signatária, a instituição constitui um compromisso pelo qual pode ser responsabilizada ao longo do tempo (Talloires, 1990). Por fim, é possível ob-

1. A Declaração de Talloires conta com um site oficial do secretariado com documentos e informações das IES signatárias: <https://ulsf.org/talloires-declaration/>.

servar que a Declaração de Talloires vem desempenhando papel importante na conscientização em todo o mundo sobre a relevância do ensino superior para o desenvolvimento sustentável, pois a partir desse marco inicia-se um movimento em relação a outras declarações.

Quadro 1 Dez pontos de ações referenciadas pela Declaração de Talloires.

1	Aumentar a conscientização sobre o desenvolvimento ambientalmente sustentável: use todas as oportunidades para aumentar a conscientização do público, do governo, da indústria, das fundações e da universidade, abordando abertamente a necessidade urgente de mudança em direção a um futuro ambientalmente sustentável.
2	Criar uma cultura institucional de sustentabilidade: incentiva todas as universidades a se envolverem na educação, pesquisa, formação de políticas e troca de informações sobre população, meio ambiente e desenvolvimento para caminhar em direção à sustentabilidade global.
3	Educar para uma cidadania ambientalmente responsável: estabelecer programas para produzir experiência em gestão ambiental, desenvolvimento econômico sustentável, população e campos relacionados para garantir que todos os graduados universitários sejam alfabetizados ambientalmente e tenham a consciência e a compreensão para serem cidadãos ecologicamente responsáveis.
4	Promover a alfabetização ambiental para todos: criar programas para desenvolver a capacidade do corpo docente universitário de ensinar alfabetização ambiental a todos os alunos de graduação, pós-graduação e profissionais alunos.
5	Praticar ecologia institucional: dê o exemplo de responsabilidade ambiental estabelecendo políticas institucionais de ecologia e práticas de conservação de recursos, reciclagem, redução de resíduos e operações ambientalmente corretas.
6	Envolva todas as partes interessadas: incentive o envolvimento do governo, fundações e indústria no apoio à pesquisa interdisciplinar, educação, formação de políticas e intercâmbio de informações sobre desenvolvimento ambientalmente sustentável. Expandir o trabalho com a comunidade e organizações não governamentais para ajudar na busca de soluções para os problemas ambientais.
7	Colaborar para abordagens interdisciplinares: reúna professores universitários e administradores com profissionais ambientais para desenvolver abordagens interdisciplinares para currículos, pesquisas, iniciativas, operações e atividades de extensão que apoiam um futuro ambientalmente sustentável.
8	Melhorar a capacidade das escolas primárias e secundárias: estabelecer parcerias com escolas primárias e secundárias para ajudar a desenvolver a capacidade de ensino interdisciplinar sobre a população, meio ambiente e desenvolvimento sustentável.
9	Ampliar o serviço e o alcance nacional e internacionalmente: trabalhe com organizações nacionais e internacionais para promover um esforço universitário mundial em direção a um futuro sustentável.
10	Manter o movimento: estabeleça um secretariado e um comitê de direção para dar continuidade a este impulso e para informar e apoiar os esforços de cada um na realização desta declaração.

Fonte: Associação de Líderes Universitários para um Futuro Sustentável (1990), traduzido pela autora.

Há quase quarenta anos, por meio de vários documentos internacionais, busca-se o compromisso efetivo das IES com o desenvolvimento sustentável. O envolvimento e o grau de detalhamento desse comprometimento foram fortificados e ampliados ao longo dessas décadas. Defende-se que a sustentabilidade deve estar incorporada a todas as ações das IES.

Em 1991, outra conferência, desta vez na cidade de Halifax, no Canadá, estabeleceu outro marco internacional que colocou as universidades como responsáveis no processo de construção de políticas e ações focadas na criação de redes internacionais de cooperação entre as instituições de ensino superior. Presidentes e representantes de 33 universidades, em 10 países e 5 continentes, se reuniram em torno da discussão intitulada de “Criando um Futuro Comum: um Plano de Ação para as Universidades”, tratando do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável. Na ocasião, encontraram-se representantes do setor empresarial, da comunidade bancária, dos governos e das organizações não governamentais, todos patrocinados pela International Association of Universities, United Nations University, Association of Universities and Colleges Canada e Dalhousie University, que forneceram um planejamento detalhado e o apoio de secretaria.

O encontro trouxe algumas soluções para a mudança de atitudes e de políticas necessárias a um futuro sustentável. A declaração contém seis ações endereçadas às universidades. Além dela, foi elaborado um plano de ação que procura fornecer um senso de direção claro para as diversas atividades desenvolvidas pelas universidades (Quadro 2).

Quadro 2 Ações endereçadas às universidades pela Declaração de Halifax.

1	Garantir que a universidade tenha voz ativa em seu compromisso contínuo com o princípio e a prática do desenvolvimento sustentável, tanto em nível local quanto global.
2	Utilizar os recursos intelectuais da universidade para estimular melhor entendimento por parte da sociedade sobre os problemas sociais e ambientais que o planeta e as pessoas enfrentam.
3	Enfatizar a obrigação ética da geração atual de superar as práticas inadequadas de utilização dos recursos naturais.
4	Aumentar a capacidade da universidade de ensinar e praticar os princípios do desenvolvimento sustentável, alfabetização e ética ambiental entre os professores, estudantes e sociedade em geral.
5	Cooperação de toda a sociedade na busca de capacitação prática para medidas políticas na revisão e reversão dos impactos ambientais.
6	Empregar todos os canais disponíveis à universidade para comunicar os compromissos à United Nations Conference on Environment and Development (UNCED), aos governos e ao público.

Fonte: Dalhousie University, Declaração de Halifax (1991), traduzido pela autora.

Mantendo essa trajetória, em 1992, a II Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), conhecida como Eco-92, realizada na cidade do Rio de Janeiro, Brasil, foi um dos acontecimentos mais marcantes desde então. O documento reforça a importância de cada país se comprometer e cooperar com soluções para os problemas socioambientais. Tal evento repercutiu tanto no campo dos conceitos como no das práticas, destacando que a sociedade também é responsável pelo desenvolvimento sustentável, forçando governos e empresas a implementarem planos de mudanças que orientem para um crescimento não apenas econômico, mas que também pudesse conciliar as necessidades do meio ambiente e da sociedade, consagrando, assim, uma agenda comum de trabalho. Corroborando com essa ideia, o jornalista Washington Novaes foi um dos primeiros a se engajar no jornalismo ambiental, enquanto muitos ainda falavam de desmatamento:

Um evento como a II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento pode, deve e precisa ser visto por muitos ângulos. Cada um deles revelará um pedaço da história e ajudará a entender nuances e minúcias importantes para a apreensão das grandes questões globais. A chamada Eco-92 tem história e desdobramentos importantes dos pontos de vista científico, diplomático, político, social e da comunicação. E ainda exige uma compreensão específica a partir de uma realidade brasileira. Da mesma forma que pressupõe abordagens apropriadas para cada um dos grandes temas da Conferência (NOVAES, 1992, p. 79).

Ainda nessa conferência, foi instituída a Agenda 21, contendo uma série de compromissos a serem realizados. Para as instituições de ensino, isso representou um novo marco sobre o modo como elas deveriam se portar em relação ao meio ambiente, tornando-as protagonistas na propagação de um futuro mais sustentável. A Agenda 21 representava um compromisso mundial político com o objetivo de preparar o mundo para os desafios dos próximos séculos. O documento, de mais de 350 páginas, possui 40 capítulos divididos em quatro seções específicas que tratam das seguintes ações: i) dimensões sociais e econômicas; ii) conservação e gestão de recursos para o desenvolvimento; iii) fortalecimento do papel dos grandes grupos; e iv) meios de implementação. No mesmo ano, uma Comissão de Desenvolvimento Sustentável (CDS) foi criada para acompanhar e avaliar a implantação das áreas de programas e atividades recomendadas pela Agenda 21 e a cooperação internacional a elas relacionada. Nos anos seguintes, importantes fóruns universitários foram realizados, delineando especialmente o papel das universidades como facilitadores do desenvolvimento sustentável. Houve também um movimento amplo para criar associações e redes para gerar essas sinergias. O processo ganhou velocidade à medida que as universidades criaram suas próprias versões da Agenda 21, todas necessariamente sustentando as quatro linhas de ação (UNCED, 1992).

Após a Eco-92, iniciativas ainda podem ser observadas, conforme sintetiza Termignoni (2012), apontando que diversas articulações foram sendo es-

tabelecidas pelas IES, como a Organização Internacional de Universidades pelo Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (OIUDSMA), em 1995, em São José, na Costa Rica, que teve o objetivo de criar e aplicar programas e pesquisas voltados ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável.

Em 1993, foi criada e assinada a Declaração de Swansea, no país de Gales, pela Associação das Universidades do Commonwealth (ACU), com influência de Talloires e Halifax. O intuito foi o de desafiar um desenvolvimento mais sustentável, de forma que os participantes expressassem que, para alcançar soluções para os problemas ambientais, seria necessária a participação de toda a sociedade. A declaração apresenta, ainda, um conjunto de sete ações que salientem que a igualdade entre os países será um fator determinante (Quadro 3).

Quadro 3 Conjunto de sete ações da Declaração de Swansea.

1	Garantir que a universidade tenha voz ativa em seu compromisso contínuo com o princípio e a prática do desenvolvimento sustentável, tanto em nível local quanto global.
2	Utilizar os recursos intelectuais da universidade para estimular melhor entendimento por parte da sociedade sobre os problemas sociais e ambientais que o planeta e as pessoas enfrentam.
3	Enfatizar a obrigação ética da geração atual de superar as práticas inadequadas de utilização dos recursos naturais.
4	Aumentar a capacidade da universidade de ensinar e praticar os princípios do desenvolvimento sustentável, alfabetização e ética ambiental entre os professores, estudantes e sociedade em geral.
5	Cooperação de toda a sociedade na busca de capacitação prática para medidas políticas na revisão e reversão dos impactos ambientais.
6	Empregar todos os canais disponíveis à universidade para comunicar os compromissos à United Nations Conference on Environment and Development (UNCED), aos governos e ao público.

Fonte: Declaração de Swansea (1993), traduzida pela autora.

A Declaração de Kyoto, ocorrida em novembro de 1993, no Japão, é um acordo mundial resultante da Convenção das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima. O documento foi elaborado durante a conferência e seu principal objetivo é propor metas, especialmente aos países desenvolvidos, a fim de conter as emissões de gases de efeito estufa. Nela foi feito um apelo às universidades para estabelecerem uma interpretação mais clara do desenvolvimento sustentável e encorajarem o exercício de princípios e práticas mais apropriados em nível local, nacional e global. Assinada por cerca de 90 responsáveis universitários, o propósito foi incitar as universidades do mundo inteiro a utilizar recursos da universidade para melhor compreensão dos perigos físicos, biológicos e sociais. O chamado previa, também, que as instituições de ensino cooperassem com os demais setores da sociedade na

busca de medidas práticas e criação de políticas estabelecendo e disseminando uma concepção clara de desenvolvimento sustentável (Kyoto Declaration, 1993).

O Programa *Cooperation Programme in Europe for Research on Nature and Industry Through Coordinated University Studies* (Copernicus) é uma rede fundada, em 1988, na 1ª Conferência de Reitores Europeus (CRE). A Carta Universitária para o Desenvolvimento Sustentável do Programa Copernicus foi assinada em Genebra, em 1994, por universidades da Europa. Tal iniciativa contava, na época, com a participação de 196 instituições que tinham interesse coletivo de usufruir dos recursos das Instituições de Ensino Superior (IES) para desenvolver e difundir o entendimento sobre desenvolvimento sustentável, para que ele viesse a ser uma realidade no ensino e pesquisa das IES europeias. As universidades devem incorporar uma perspectiva ambiental em todos os seus trabalhos e estabelecer programas de educação ambiental envolvendo professores e pesquisadores, bem como estudantes, todos os quais devem ser expostos aos desafios globais do meio ambiente e do desenvolvimento, independentemente de sua área de estudo (Copernicus, 1994).

O objetivo da Organização Internacional de Universidades pelo Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (OIUDSMA), criada em 1995, em São José, na Costa Rica, é aplicar programas e pesquisas voltados ao meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável. No mesmo ano, 1995, aprovaram também uma Declaração de Compromissos com 15 pontos centrais que destacavam diversos tipos de problemas ambientais em diferentes níveis socioeconômicos, permitindo, assim, que as tomadas de decisão se dessem a partir do ponto de vista político, social ou tecnológico (Fonseca, Faria & Rohrich, 2016).

Na década de 1990 ocorreram marcantes conferências mundiais que tratavam do meio ambiente, direitos humanos, desenvolvimento social, direitos da mulher e das crianças. Em 1995, na Declaração de Copenhague sobre o Desenvolvimento Social, na Dinamarca, foi a vez de reconhecer e priorizar a importância do desenvolvimento social e do bem-estar da humanidade. Pela primeira vez na história das conferências da ONU, líderes de Estado são convocados a se reunir para tratar dessa temática (Lindgren Alves, 2001). A situação social atual impulsionou a convocação da Cúpula de Copenhague; a extrema situação de pobreza gerou a necessidade urgente de resolver os graves problemas sociais que poderiam afetar diversos países.

Realizada em 1997, a Declaração de Thessaloniki foi resultado da Conferência sobre o Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade, na Grécia. Com parceria com a Unesco, a Declaração de Thessaloniki coordenou esforços em vários setores da sociedade para uma mudança radical de comportamentos e estilos de vida, incluindo padrões de consumo. A declaração reconheceu o importante papel das iniciativas de sustentabilidade como essencial para acabar com a pobreza.

No ano seguinte, em 1998, em Paris, foi realizada a Conferência Mundial sobre o Ensino Superior para o Século XXI: Visão e Ação. O evento expressou o marco referencial de ação prioritária para a mudança e o desenvolvimento

da educação superior como forma de alcançar diversas metas que versam sobre as missões e funções do ensino superior, levando, assim, a uma nova visão. A declaração é extensa e está fundamentada na missão de educar, formar e realizar pesquisas. Num contexto geral, trata do acesso a uma educação equitativa; tecnologias e ambientes que propiciem o conhecimento devem ser garantidos em todos os níveis dos sistemas de educação. Todas as diversas proclamações visam refletir os principais caminhos na promoção do avanço dessas instituições em todo o mundo.

4. A MAIS RECENTE ABORDAGEM DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Diante de um cenário marcado por diversos debates acadêmicos, políticos e sociais sobre um futuro que visa ao desenvolvimento sustentável, a chamada Década das Conferências, nome dado aos anos de 1990 pelos autores Lindgren Alves (2001) e Menezes (2019), foi um momento histórico para os debates e conferências que tratavam do tema desenvolvimento sustentável. A década ficou marcada pela realização de conferências em diversos países, demonstrando que a paz, os direitos humanos e o meio ambiente merecem atenção especial das sociedades modernas. As assembleias e declarações surgem, ao longo das últimas décadas, como um chamado, uma vez que “mudanças econômicas, políticas e sociais maciças isolaram indivíduos e fragmentaram comunidades em muitas partes do mundo” (Lindgren Alves, 2001, p. 20).

Nos anos 2000, destaca-se a criação das metas do milênio, estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) com o apoio de 191 nações. Essas metas ficaram mundialmente conhecidas como os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Inspirados pelos últimos grandes eventos, os ODM se configuram como uma forma de sintetizar os encontros e conferências promovidos pela ONU até então. Tais objetivos representam uma parceria global que visa reunir esforços para acabar com a pobreza extrema no mundo. A mensagem dos ODM é compreensível e mobilizadora, facilmente comunicável, além de ser do interesse de todos. Tais objetivos se tornaram um marco referencial de trabalho conjunto entre vários países. Isto significa que, pela primeira vez na história das conferências, os países se comprometeram a, em 15 anos, reduzir a fome e a pobreza, melhorando, assim, a qualidade de vida e o bem-estar das pessoas. O período de vigência dos oito objetivos foi de 2000 a 2015; a Figura 1 ilustra tais objetivos.

Segundo Bilar et al. (2021), a definição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e, posteriormente, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), por parte da Organização das Nações Unidas (ONU), está diretamente relacionada com esse contexto de evolução da concepção acerca do que vem a ser desenvolvimento sustentável.

Os ODM representavam as necessidades básicas e fundamentais do ser humano e, embora tenha havido avanços e resultados significativos em todas as suas dimensões, foram também alvo de diversas críticas. Por exemplo, pelo

fato de os objetivos terem sido propostos sem que houvesse um estudo em sociedades de países em desenvolvimento; inclusive, os avanços observados, na maioria das vezes, vieram de conquistas obtidas a partir da ajuda de outros países, com muito pouco envolvimento da comunidade local. Eles foram criticados também pela ausência de uma análise global e pelo fato de não terem desenvolvido uma agenda abrangente que incluísse tanto os países do Sul quanto os do Norte (Sanahuja, 2016).



Figura 1 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Fonte: ONU (2000).

As metas e os indicadores eram claros e simples de ser acompanhados. Sachs (2012) corrobora com o pensamento de que, ao agrupar tais prioridades em um conjunto facilmente compreensível de oito metas, com objetivos mensuráveis e num determinado limite de tempo, os ODM ajudaram na promoção da consciência global e da responsabilidade política, pois os feedbacks proporcionados por tais objetivos se tornaram uma espécie de boletins globais que auxiliavam na luta contra a pobreza extrema durante 15 anos (Sachs, 2012). No Quadro 4 é possível observar o nome e a descrição de cada um dos oito objetivos.

O Brasil atingiu praticamente todos os 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Graças a esse esforço, ele tem sido reconhecido por vários países, inclusive pelo Sistema ONU. Os bons resultados do cenário brasileiro são consequência de estratégias e comissões criadas pelos governos e da chamada municipalização dos ODM. A própria declaração destaca que a participação social e a democracia participativa são a melhor forma de garantir direitos e alcançar tais objetivos. O governo brasileiro estabeleceu, na época, metas ousadas de erradicação da pobreza e da fome, dentre outros projetos, como, por exemplo, reduzir o analfabetismo entre jovens de 15 a 24 anos. O Estado Democrático Brasileiro deixou, então, de ser apenas receptor de cooperação internacional e passou a ser provedor de ajuda oficial ao mundo em desenvolvimento. É importante ressaltar, ainda, que a condição de doador não isenta os países de-

envolvidos de compromissos assumidos com relação ao financiamento para o desenvolvimento. Apenas com uma reforma do sistema internacional em prol do desenvolvimento, o cumprimento de todos os acordos de financiamento e ajuda oficial é que se pode executar estratégias capazes de cumprir todos os ODS e promover um mundo mais justo para homens e mulheres.

Quadro 4 Descrição dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM).

ODM	Objetivo	Descrição do Objetivo
1	Acabar com a fome e a miséria	Erradicar a extrema pobreza e a fome do mundo.
2	Educação básica de qualidade para todos	Garantir que todas as crianças terminem um ciclo completo de ensino.
3	Igualdade entre sexos e valorização da mulher	Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres.
4	Reduzir a mortalidade infantil	Reduzir a mortalidade infantil.
5	Melhorar a saúde das gestantes	Promover a cobertura universal por ações de saúde sexual e reprodutiva até 2015.
6	Combater a Aids, a malária e outras doenças	Deter, até 2015, a incidência da Aids, malária e de outras doenças.
7	Qualidade de vida e respeito ao meio ambiente	Reduzir a proporção da população sem acesso à água potável e esgotamento sanitário.
8	Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento	Trabalho digno e produtivo, acesso a medicamentos essenciais, acesso à tecnologia e crescimento econômico.

Fonte: ONU (2000).

No ano seguinte, em 2001, a Declaração de Luneburg relembra os compromissos sobre a Educação Superior para o Desenvolvimento Sustentável. Adotada em outubro, na Alemanha, ela se configurou num apelo às Instituições de Ensino Superior e outras organizações a fim de que contribuam para assegurar a revisão da mais recente interpretação científica de sustentabilidade, bem como garantir a prioridade do desenvolvimento sustentável, intensificando a criação de redes de ensino e de um ambiente de aprendizagem global, promovendo e destacando o papel indispensável do ensino (Kraemer, 2004).

Um pouco mais tarde, discussões acadêmicas e políticas ocorreram em comunidades internacionais, tratando do que deveria ser substituído nos ODM. Os debates eram atribuídos aos equívocos da antiga agenda, no entanto, os conhecimentos adquiridos com as conferências, assembleias da ONU e dos demais países permitiram “a definição de uma *memória intelectual* e uma trajetória política que conduziram à Agenda 2030” (Menezes, 2019, p. 13). Com os avanços significativos dos ODM e sabendo-se que o desenvolvimento sustentável é um paradigma em constante evolução, sendo capaz de provocar mudanças no comportamento das pessoas e das instituições que estão preocupadas em manter o equilíbrio entre as dimensões social, econômica e ambiental do desenvolvimento, deu-se início à construção da Agenda 2030.

Em setembro de 2015, na Assembleia Geral da ONU, na cidade de Nova York, a intitulada agenda “Transformando nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável” estabelece um novo marco global para re-direcionar a humanidade rumo a um caminho sustentável. A Agenda 2030 resultou de um Pacto Global participativo de mais de dois anos, coordenado pela ONU e adotado por 193 países-membros das Nações Unidas. Governos, sociedade civil, iniciativa privada e Instituições de Ensino e Pesquisa contribuíram para a sua construção através da plataforma *My World*. A sua implementação teve início em janeiro de 2016, dando continuidade à Agenda de Desenvolvimento do Milênio (2000-2015) e ampliando seu escopo. O novo tratado, além de ser um plano universal, visa a um desenvolvimento econômico, à erradicação da pobreza, da miséria e da fome, à inclusão social, à sustentabilidade ambiental e à boa governança em todos os níveis, não podendo deixar de fora a paz e a segurança.

Ao contrário dos ODM, os ODS estabelecem um extenso planejamento de metas econômicas, sociais e ambientais a serem implementadas por todos os países, incluindo os países desenvolvidos. Isto significa compartilhar responsabilidades para então se tornar uma agenda global, ampla e ambiciosa, com o propósito de não deixar ninguém para trás. O atingimento de tais metas se estende até 2030 e está dividido em quatro principais etapas:

1. **Declaração** – a visão, os princípios e os compromissos da Agenda 2030, sendo esta ambiciosa e transformadora, pois prevê um mundo livre dos problemas atuais. Em seus princípios centrais, prevalece a soberania de cada Estado, desenvolvimento integrado e visão global.
2. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** – os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, também conhecidos como **ODS**, contemplam 169 metas e 232 indicadores que propõem um plano de ação para as pessoas, planeta, prosperidade e promoção da paz, por meio do estabelecimento de parcerias entre diversos setores e países.
3. **Acompanhamento e avaliação da Agenda 2030** – trata-se de etapa fundamental para a implementação da agenda, uma vez que o país tenha se tornado signatário do tratado. A instância responsável pela supervisão desses dados, que por sua vez serão de qualidade, acessíveis, atualizados, confiáveis e baseados em fontes oficiais, será o Conselho Econômico da ONU. A construção dos indicadores também deverá ser aprovada pela Comissão de Estatística da ONU.
4. **Implementação** – para a sua implementação, a agenda exige parcerias e solidariedade na mobilização de recursos e engajamento ainda maior por parte dos governos, setor privado, sociedade civil e o próprio sistema da ONU. A agenda conta ainda com o acordo de financiamento histórico de Adis Abeba², que fornece base aos líderes mundiais.

2. A Agenda de Ação da Terceira Conferência Internacional sobre o Financiamento para o Desenvolvimento, de Addis Abeba, adotada pela Assembleia Geral em 27 de julho de 2015 (Resolução 69/313).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) ampliaram o escopo dos ODM para 17 objetivos, devido à emergência de novos desafios, sendo aplicados não apenas para os países subdesenvolvidos, tornando-se uma agenda global, integrada e indivisível (Figura 2).



Figura 2 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Fonte: ONU (2015).

A Organização das Nações Unidas se concentra em ideias e iniciativas que gerem maior impacto, promovam o imperativo ODS de “não deixar ninguém para trás” e são apoiadas por evidências, compromissos práticos e ações. No Quadro 5 é possível observar o nome e a descrição de cada um dos 17 objetivos. De acordo com a resolução, os ODS e seus objetivos são “integrados e indivisíveis, aceitos por todos os países e aplicáveis a todos, levando-se em consideração as diferentes realidades, capacidades e níveis de desenvolvimento nacionais e respeitando-se as políticas e prioridades nacionais” (ONU, 2015).

Baseando-se nos conceitos da integração, indivisibilidade e universalidade, os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável estão interligados e devem ser considerados em sua totalidade, e que a ascensão de cada um leva ao progresso dos demais objetivos. Os autores descrevem ainda a apresentação dos ODS ligados aos cinco Ps da sustentabilidade: Pessoas (ODS 1 ao 5), Prosperidade (ODS 6 ao 12), Planeta (ODS 13 ao 15), Paz (ODS 16) e Parceria (ODS 17) (Ibáñez et al., 2020).

Com princípios inclusivos, os ODS servem como um guia para acabar com a fome, erradicar a pobreza, lutar pela igualdade de direitos, proteger o meio ambiente, enfrentar as mudanças climáticas, promover a prosperidade, assim como a saúde, bem-estar e a qualidade de vida para todos, dentre outras ações. A Agenda 2030 é resultado de um processo participativo de mais de dois anos, foi coordenada pela ONU, sendo permitidas contribuições de governos, sociedade civil, iniciativa privada e instituições de ensino, o que torna a Agenda 2030 um processo de construção democrática (Chasek et al., 2016).

Quadro 5 Descrição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

ODS	Nome do Objetivo	Descrição do Objetivo
1	Erradicação da pobreza	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.
2	Fome zero e agricultura sustentável	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.
3	Saúde e bem-estar	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
4	Educação de qualidade	Assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
5	Igualdade de gênero	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
6	Água potável e saneamento	Assegurar a disponibilidade e a gestão sustentável da água e saneamento para todos.
7	Energia acessível e limpa	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.
8	Trabalho decente e crescimento econômico	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho decente.
9	Indústria, inovação e infraestrutura	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
10	Redução das desigualdades	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
11	Cidades e comunidades sustentáveis	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
12	Consumo e produção responsáveis	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
13	Ação contra a mudança global do clima	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos.
14	Vida na água	Conservar e promover o uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
15	Vida terrestre	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra.
16	Paz, justiça e instituições eficazes	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes e responsáveis.
17	Parcerias e meios de implementação	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

Fonte: ONU (2015).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos analisados neste capítulo elucidam as mudanças ao longo das conferências de 1972 a 2002. É possível observar que houve mudança no debate, a partir de uma ênfase primária em questões ambientais na Conferência de Estocolmo de 1972. Nos anos seguintes, através de um foco compartilhado no desenvolvimento ambiental, social e econômico, outras cúpulas foram

pensadas. Isto não significa que a proteção ao meio ambiente tenha sido efetivamente marginalizada; pelo contrário, uma onda de esforços se iniciou com o chamado para proteger o meio ambiente, e o serviço de desenvolvimento humano tornou-se um apelo específico para priorizar melhorias no bem-estar dos mais desfavorecidos, agora e no futuro.

O maior desafio do desenvolvimento sustentável continua sendo a consciência global das famílias, empresas e toda uma sociedade que, unidas pelos conselhos, podem discutir e encontrar soluções para enfrentar os desafios de uma nova revolução, em que todo o planeta e todas as pessoas não aceitam nenhum tipo de exploração, seja ela humana ou ambiental.

No que diz respeito ao desenvolvimento sustentável, com o apoio do motor chamado educação, foi possível compreender que, além de poucos países oferecerem ensino superior gratuito, a relação mais importante entre educação e desenvolvimento sustentável é que a primeira determina a compreensão do segundo. É importante fomentar o espaço deliberativo que existe nas Instituições de Ensino Superior e aprofundar a investigação de forma a tornar reflexiva e democrática nossa concepção de desenvolvimento. Em última análise, esses processos interagem de maneira cíclica, com educação e desenvolvimento constantemente condicionando e caminhando um ao lado do outro.

Como última conclusão, este capítulo sugere que o desenvolvimento sustentável nas instituições de ensino está se tornando um campo de estudo em exploração, com aumento considerável desde o ano de 2016, e que vem se mantendo estável. O papel de liderança atribuído às universidades e às mais diversas formas e organizações de ensino deve fazer com que a produção intelectual aumente nos próximos anos. Com isso, confirma-se ainda mais o fato de que estudos como este podem contribuir como arcabouço teórico para melhor compreensão da temática, desenvolvendo, assim, a consciência de toda a população mundial sobre aquilo que preconiza o desenvolvimento sustentável.

REFERÊNCIAS

Aparecida Sartori, M.; Nogueira Tavares, S. M.; Boreli Pinato, T. *Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Práticas para o alcance da agenda 2030* (p. 14). Edição do Kindle.

Barbieri, J. C.; Silva, D. da. Desenvolvimento sustentável e educação ambiental: uma trajetória comum com muitos desafios. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, v. 12, n. 3, p. 51–82, 2011.

Bilar, A. B. C., Tavares, C. H. T. ., Bezerra, J. K. G. da S., Brasil, J. M. S. ., Santana, L. N. ., Feitosa, M. J. da S., Silva, N. R. da ., Pimentel, R. M. de M. ., Ferreira, R. S. ., & Silva, T. A. P. . (2021). Desenvolvimento sustentável em publicações científicas brasileiras: uma revisão sistemática. *Journal of Environmental Analysis and Progress*, 6(1), 051–059. <https://doi.org/10.24221/jeap.6.1.2021.4092.051-059>

Bueno, P. V. C.; Mateus, R. da S.; Amaral, A. M. S. .; Alves, S. de S.; Góes, B. C. Revisão Sistemática sobre a Implementação de Práticas Sustentáveis nas Organizações. *RECIMA21 - Revista Científica Multidisciplinar*, 2022. DOI: 10.47820/recima21.v3i2.1190.

Chasek, P. S. et al. Getting to 2030: Negotiating the Post-2015 Sustainable Development Agenda. *Review of European, Comparative and International Environmental Law*, v. 25, n. 1, p. 5–14, 2016.

Fonseca, P. R. DE O.; FARIA, B. DE O.; ROHRICH, S. S. Sustentabilidade em Instituições de Ensino Superior: Uma Revisão sobre as Conferências Internacionais para a Sustentabilidade em IES. *ENGEMA - Encontro Internacional sobre Gestão Empresarial e Meio Ambiente*, p. 13, 2016.

IBÁÑEZ, M. E. et al. Environmental education, an essential instrument to implement the sustainable development goals in the university context. *Sustainability (Switzerland)*, v. 12, n. 19, p. 1–23, 2020.

Klarin, T. (2018). The Concept of Sustainable Development: From its Beginning to the Contemporary Issues. *Zagreb International Review of Economics & Business*, 21, 1, pp. 67-94. <https://doi.org/10.2478/zireb-2018-0005>. Acesso em: 30 jul. 2022.

Klarin, T. The concept of sustainable development: From its beginning to the contemporary issues. *Zagreb International Review of Economics and Business*, v.21, p. 67-94. 2018.

Kraemer, M. E. P. A Universidade do Século XXI Rumo ao Desenvolvimento Sustentável Autoria: *Angewandte Chemie International Edition*, 6(11), 951–952., 2004.

Lindgren Alves, J. A. Relações Internacionais e Temas Sociais: *A Década das Conferências*. Brasília: [s.n.]. 2002.

Matos, A. et al. Educação As Instituições de Ensino Superior Perante a Problemática Ambiental. *Educação Para se tomarem decisões coerentes e sustentáveis na atual teia de relações socioeconómicas*. nec. v. 7, n. 2, p. 13–40, 2015.

Novaes, W. Eco-92: avanços e interrogações. *Estudos Avançados*, v. 6, n. 15, p. 79–93, 1992.

Paul, Bâc Dorin. “A history of the concept of sustainable development: Literature review.” *The Annals of the University of Oradea, Economic Sciences Series* 17.2 (2008): 576-580. Disponível em: <http://www.cfr.washington.edu/classes.esrm.458/Paul.%202008.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2022.

Sachs, J. D. From Millennium Development Goals to Sustainable Development Goals. *The Lancet*, v. 379, n. 9832, p. 2206–2211, 9 Jun. 2012.

Sanahuja, J. A. La Agenda 2030 de desarrollo sostenible: de la cooperación Norte-Sur al imperativo universalista del desarrollo global. *Gaceta sindical: reflexión y debate*, n. 26, p. 205–221, 2016.